



Classes A e B voltam a crescer e atingem 14,4% da população

Já a fatia das classes D e E ficou estável, mostra FGV Social

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

29/10/2019 05h00 · Atualizado há 6 horas

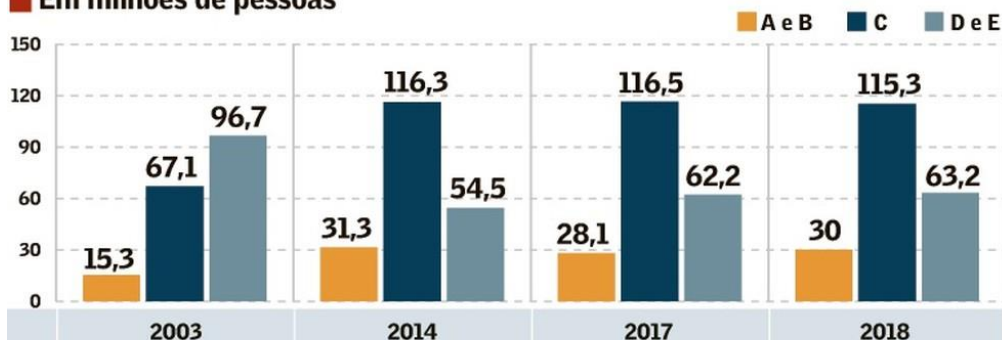


Evolução das classes ano a ano

Em % da população



Em milhões de pessoas



Linhas de cortes

Classe A e B

Mais de R\$ 8.159,37

Classe C

De R\$ 1.892,65 até R\$ 8.159,37

Classe D e E

Até R\$ 1.892,65

Fonte: FGV Social

O número de famílias ricas e da classe média mais alta (A e B) voltou a crescer no ano passado, ao mesmo tempo em que as classes menos favorecidas (D e E) mostraram indesejável estabilidade, após um rápido incremento durante a crise, mostram cálculos do economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, obtidos pelo Valor.

Segundo o especialista, 14,4% da população brasileira integrava as classes A e B no ano passado, o correspondente a 30 milhões de pessoas. No ano anterior, essa proporção era menor, de 13,6% da população. São famílias com renda domiciliar per capita superior a R\$ 8.159. É o que o especialista classifica como “classe média tradicional”.

“A figura em nosso imaginário de classe média dos EUA e da Europa, de casa, dois carros, dois filhos e dois cachorros, é representada por aqui pelas classes A e B. Essa, que seria a classe média tradicional, voltou a crescer, o que é uma boa notícia”, diz Neri, que estuda há décadas a mobilidade social brasileira.

Para chegar aos números, ele usou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do rendimento de todas as fontes (salários, aposentadorias, aluguéis, programas sociais) de 2018, recentemente divulgada pelo IBGE. O critério de corte é da FGV Social e não existe uma linha oficial.

O melhor comportamento recente do topo da pirâmide econômica do país pode ser explicado, em parte, por seu maior nível educacional. Dados da FGV Social mostram que a escolaridade média nas classes A e B é 13,2 anos, contra 8,7 da média geral da população. Nesse caso, os dados consideram apenas pessoas acima de 25 anos.

“Os mais escolarizados não são necessariamente os primeiros a serem contratados ou demitidos. Mas, em todo esse período de crise e tentativa de saída dela, foi particularmente forte para os mais escolarizados”, acrescenta ele. “A taxa daqueles que fazem educação executiva (MBAs) nas classes A e B é cinco vezes maior que a média.”

Além da escolaridade, a renda das classes A e B pode ter se saído melhor por concentrar uma parcela maior de empregadores, ou seja, de empresários e comerciantes. O lucro das empresas costuma se recuperar das crises na frente do emprego. A taxa de empreendedorismo nas classes A e B é 12,9%, acima dos 4,8% da população em geral.

Como é sabido, porém, a recuperação da renda se dá de maneira desigual. As classes D e E não encolheram em 2018. De acordo com os cálculos de Neri, essa parcela mais pobre representava 30,3% da população em 2018, o correspondente a 62,3 milhões de pessoas, ante 30,1% do ano anterior. O pior foi a classe E2, o estrato extremamente pobre.

“Temos instrumentos que precisam atuar para a inclusão produtiva dos mais pobres, com geração de empregos, incentivo ao empreendedorismo. E também pensar em ‘upgrade’ do Bolsa Família, que é um programa bem focalizado”, diz o especialista, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos no governo Dilma Rousseff.

No meio disso tudo, a classe C ficou menor de 2017 (56,3%) para 2018 (55,3%). O movimento pode ser explicado com a “devolução” de famílias para o estrato social mais elevado. Essa chamada “nova classe média”, uma das responsáveis pelo boom de consumo no início da década, está representada por 115,3 milhões de pessoas.

O IBGE também disponibilizou recentemente, pela primeira vez, os microdados da Pnad Contínua com a série histórica completa da renda de todas as fontes, a partir de 2012, o que permitiu compor um quadro completo da mobilidade social durante a recessão, que durou do segundo trimestre de 2014 ao quarto trimestre de 2016.

O levantamento da FGV Social mostra que as classes A e B chegaram a representar 15,5% da população em 2014, pico da série elaborada pelo especialista. O fundo do poço ocorreu em 2016, quando representaram 13,6% da população.

A classe C mostrou-se aparentemente resiliente em termos de participação no total. Em 2014, antes dos impactos da crise, a “nova classe média”, representada por famílias com renda per capita de R\$ 1.892 a R\$ 8.159, abraçava 57,7% da população. Em 2018, a fatia era de 55,3 %.

Mas essa pouca oscilação pode esconder um efeito composição. Apesar de ter se mantido relativamente estável no tempo, a participação da classe C esconde famílias da classe B que empobreceram, ao mesmo tempo que lares antes classificados como C perderam renda e rumaram para o piso da pirâmide.

Na média geral, a pesquisa do IBGE divulgada recentemente mostrou que o rendimento real domiciliar per capita (que soma todas as rendas da família e divide pelo total de moradores) cresceu 4% em 2018, frente ao ano anterior, para R\$ 1.337. Essa variação praticamente zerou as perdas registradas na crise.

Para o especialista, números disponíveis sugerem que a retomada da renda segue seu curso em 2019, embora mal distribuída. “A boa notícia é que teremos novamente crescimento da renda e a má notícia é que ela tende novamente a ser desigual. ”

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/10/29/classes-a-e-b-voltam-a-crescer-e-atingem-144-da-populacao.ghtml>